



Por: /PP | 21-12-2009

## Mapa judiciário vai ser avaliado

Entrada em vigor pode também ser adiada, admite o ministro da Justiça

Alberto Martins, o ministro da Justiça admitiu, esta segunda-feira, que vai ser feita uma avaliação do novo mapa judiciário e que existem dificuldades na sua aplicação prática, podendo ser adiada a sua entrada em vigor, escreve a Lusa.

Na sua primeira audição na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, o ministro Alberto Martins admitiu que vai ser feita uma avaliação do mapa judiciário «para ver as condições da sua aplicação», assumindo «dificuldades» para colocar toda a nova organização dos tribunais a funcionar.

No âmbito do novo mapa judiciário, as três comarcas-piloto entraram em funcionamento em Abril deste ano. A reforma, que organiza os actuais 231 tribunais de comarca em 39 circunscrições, deverá estender-se ao resto do país em 2011.

O ministro identificou os problemas da Justiça, considerando que «há uma crise de confiança dos operadores judiciários e que é necessário reforçar o diálogo».

Quanto à necessidade de fazer alterações ao Código do Processo Penal, apontadas pelo Observatório da Justiça, apontou cinco grandes áreas para intervir: segredo de justiça, prazos máximo de inquérito, detenção, prisão preventiva e processos especiais (sumários).

«A nossa filosofia é responder aos estrangulamentos existentes, fazendo revisões cirúrgicas, pontuais», disse.

Está marcada uma reunião do Conselho Consultivo da Justiça para 11 de Janeiro, onde vão ser apresentadas em forma de proposta de lei as alterações.

Outro dos temas abordados na reunião foi a suspensão por 30 dias do procurador-geral adjunto Lopes da Mota, decidida pelo Conselho Superior do Ministério Público.

O ministro revelou que pediu ao procurador-geral da República, Pinto Monteiro, para apresentar um nome para substituir Lopes da Mota, que pediu a demissão de representante de Portugal no Eurojust, organismo europeu de cooperação judiciária.

A oposição quis ainda saber o que se passa com a venda de imóveis e o seu posterior arrendamento pelo Ministério da Justiça, nomeadamente nos casos dos Estabelecimentos Prisionais de Pinheiro da Cruz e de Lisboa.

O ministro explicou que a direcção do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça (IGFPJ) foi mudada, «apesar de não ter sido detectada nenhuma irregularidade», e que homologou uma inspecção ao organismo, avançando que poderá ser feita outra auditoria.